

O ícone não é um primeiro

THERESA CALVET DE MAGALHÃES

Ao contrário de certos autores que afirmam que o ícone é um primeiro,¹ seria necessário explicar um pouco a classificação dos signos elaborada por Charles S. Peirce a partir de 1885 e não confundir as categorias fenomenológicas (ainda chamadas por ele de categorias do “*phaneron*”, de categorias cenopitagóricas — dado o seu caráter numérico — e ainda, mas é mais raro, de categorias ideoscópicas² com o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Correlato de qualquer relação triádica, ou seja com qualquer correlato do *Signo*.

A semiótica ocupa um lugar privilegiado na obra de Peirce, mas inseparável da Phaneroscopia³ (termo dado em 1904 à Fenomenologia) e, portanto, antes de abordar a leitura da sua teoria geral dos signos, é fundamental ter em conta o estudo das categorias — já que são justamente estas que permitem e comandam todas as divisões do signo.

Já em 1867⁴ Peirce relaciona a teoria geral das representações à três categorias (uma categoria sendo aqui para ele simplesmente um

(1) Por exemplo D. Pignatari em *Semiótica e Literatura*, col. Debates, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, p. 25-56.

(2) Pignatari interpreta mal ao dizer que Peirce distingue a Ideoscopia da Fenomenologia (*op. cit.*, p. 26): a Ideoscopia é apenas um outro termo para a Fenomenologia na obra de Peirce; termo, aliás, pouco usado.

(3) Phaneroscopia, ou estudo dos fenômenos ou “*phanerons*” (da palavra grega que significa manifesto ou mostrar).

(4) Num artigo intitulado “Sobre uma Nova Lista das Categorias” (“On a New List of Categories”) publicado nos *Collected Papers of C. S. Peirce (CP)*, Cambridge, Harvard University Press, 1931-1938, volume 1, parágrafos 545 a 559.

conceito que permite relacionar uma representação ao seu objeto) fazendo corresponder a cada categoria um tipo de representação.⁵

Assim à categoria da *qualidade* (ou referência a um fundamento) correspondem as semelhanças (*Likeness*) mais tarde denominadas ícones; à categoria da *relação* (ou referência a um correlato) correspondem os *índices* ou *signos* e à categoria da *representação* (ou referência a um interpretante) correspondem os *símbolos* ou *signos* gerais.

Nestes primeiros textos, a lógica é, para Peirce, essencialmente *um estudo dos símbolos*, seria a ciência das representações gerais.

O que é verdade é que Peirce só volta a tratar a questão das categorias quase vinte anos depois (pelo menos nos seus textos publicados até hoje, os *CP*), como é também só nessa época que volta à elaboração da semiótica. Peirce desenvolveu nesse longo intervalo não somente o instrumento que lhe fazia falta em 1867 — a lógica das relações —, como também o pragmatismo (ou pragmaticismo),⁶ que lhe permite rejeitar a noção de intuição e afirmar que é a *ação* que decide da clareza de um conceito: “A fim de determinar o significado de uma concepção intelectual, dever-se-ia considerar quais conseqüências práticas poderiam concebivelmente resultar, necessariamente, da verdade dessa concepção; e a soma destas conseqüências constituirá todo o significado da concepção (*CP* 7, 5, 1905).⁷

A lógica das relações (a descoberta das relações dá lugar em lógica a proposições que não podem ser reduzidas à forma sujeito-predicado, como por exemplo proposições do tipo seguinte: “--cai”, “--dorme”, “--beber--”, e “--dar--a--”) vai obrigar Peirce a reformular as suas três categorias que passam a se chamar *Qualidade*, *Reação*, e *Mediação* ou mais rigorosamente *Primeiridade*, *Secundidade* e *Terceiridade* (*Firstness*, *Secondness*, *Thirdness*).

(5) Nos seus textos de 1873 é que Peirce substitui à palavra representação o termo de *signo*; a lógica passa a ser então considerada enquanto estudo dos signos. Isso facilita Peirce a dizer mais tarde que a lógica não é outra coisa senão uma semiótica. Mas nos seus primeiros textos, esta teoria dos signos está apenas esboçada.

(6) “Palavra... que é suficientemente feia para estar a salvo de raptos” (*CP* 5, 414).

(7) Traduzido em C. S. Peirce, *Semiótica*, Col. Estudos, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977, p. 195. Comparar com o que Peirce escreveu em 1878 no seu artigo “Como Tornar Claras as Nossas Idéias”: “Considerar que efeitos — imaginavelmente possíveis de alcance prático — concebemos que possa ter o objeto de nossa concepção. A concepção desses efeitos correspondem ao todo da concepção que tenhamos do objeto” (*CP* 5, 402; traduzido em *Semiótica e Filosofia, Textos Escolhidos de C. S. Peirce*, São Paulo, Cultrix, 1972, p. 59).

É agora a relação (ou mediação, ou terceiridade) e não mais a segunda categoria⁸ que é a mais importante categoria: as outras duas seriam os termos de uma relação; daí se explica por que Peirce usa também os termos Primeiro, Segundo e Terceiro para descrever as suas categorias. Não se trata mais das mesmas categorias descritas em 1867. Isto dificulta a interpretação, já que Peirce continua a utilizar os mesmos termos embora o seu sistema tenha mudado. A lógica das relações não se limita ao estudo da relação de identidade (S é P) mas aborda o *sistema* que é composto de objetos que se encontram relacionados por *qualquer tipo* de relação.

Uma vez dada esta nova interpretação às categorias Peirce passa a escrever muito mais acerca da relação do signo com o seu interpretante (ou seja, dá mais importância à dimensão *pragmática* do signo) e muito menos sobre a relação do signo com o seu objeto (a sua relação semântica).⁹

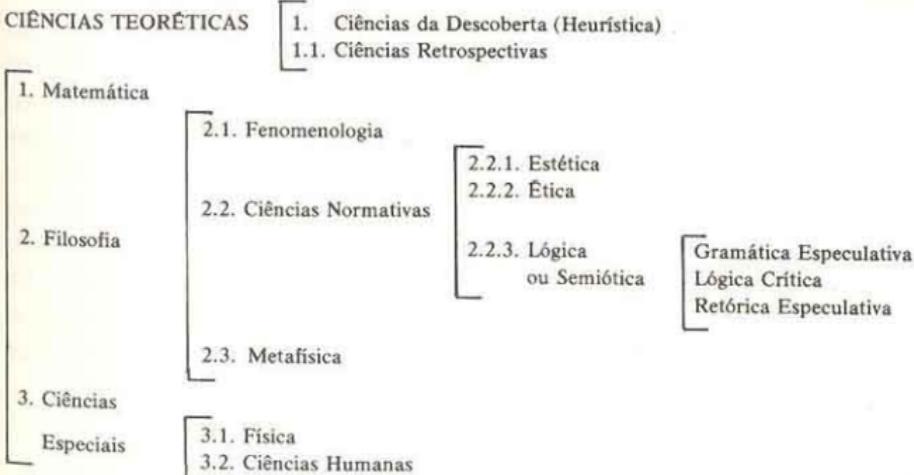
Seria ingênuo acreditar que é a dimensão signo-objeto que Peirce privilegia. Ora é justamente a partir dessa relação do signo com o seu objeto que é estabelecida a classificação entre o ícone, o índice e o símbolo. Para entendermos melhor esta distinção voltaremos à sua divisão das categorias depois de 1885.

A Fenomenologia é a primeira grande divisão da Filosofia na classificação das ciências proposta por Peirce em 1902;¹⁰ o seu estudo

(8) Esta passa a ser uma reação já que uma relação pode compreender mais de dois termos.

(9) Em 1867, a lógica (mais tarde denominada semiótica) consiste no estudo da referência dos símbolos em geral aos seus objetos.

(10) Eis o esquema abreviado dessa classificação:



foi abordado pelo autor nas suas conferências relativas ao pragmatismo apresentadas em Harvard, em 1903 (publicadas parcialmente nos *CP*), e também nas suas conferências no Instituto Lowell, em Boston, em 1903 (a mais importante no que diz respeito às categorias é a Conferência 3 intitulada "As três categorias universais e sua utilidade"). A Fenomenologia¹¹ tem por objeto a descrição do "*phaneron*" e por *phaneron* ou fenômeno Peirce entende "tudo o que, de um modo ou num sentido qualquer, está presente ao espírito sem que se leve em consideração se corresponde ou não a qualquer coisa de real. Esta disciplina estuda, portanto, os elementos formais de todo fenômeno" (*CP* 1, 284).

A fenomenologia distingue três categorias: a primeira categoria é a idéia do fenômeno tal como é independentemente de qualquer outra coisa; é uma *Qualidade* do Sentimento; a segunda categoria é a idéia do fenômeno tal como é sendo Segundo em relação a um Primeiro, independentemente de qualquer outra coisa, e em particular de qualquer lei, e isso apesar do fato que essa categoria possa se conformar a uma lei; é a *Reação* enquanto elemento do fenômeno; a terceira categoria é a idéia do fenômeno tal como é sendo Terceiro, ou *Médium*, entre um Segundo e um Primeiro. Ou seja, é a *Representação* enquanto elemento do fenômeno (*CP* 5, 66).

Devido seu caráter elementar, a primeira categoria não se subdivide. A primeiridade é definida como qualidade; o que caracteriza esta categoria é o seu aspecto vago, de novidade, de originalidade, de possibilidade: "A impressão total, não analisada, provocada por qualquer multiplicidade não vista como fato concreto, mas simplesmente como uma qualidade, mera possibilidade positiva do surgimento, é uma idéia de Primeiridade" (*CP* 8, 329).

É com o exemplo de *esforço* que Peirce descreve a sua segunda categoria. Por esforço, ele entende uma reação recíproca de duas coisas independentemente de qualquer tipo de terceiro, ou médium, e independentemente em particular de qualquer lei de ação. O mais claro exemplo desta categoria seria a relação da ação e reação: dizer que esta mesa é dura e pesada ou inerte quer dizer que ela resiste a outra coisa, está sujeita à gravidade e assim por diante. É a *experiência* que define esta categoria: "Imagine-se sentado sozinho à noite, na barquilha de um balão, muito acima da Terra, gozando calmamente o silêncio e tranqüilidade absolutos. Subitamente, o som agudo de um silvo lhe

(11) Chamada ainda de Phaneroscopia.

atinge os ouvidos e continua por um bom tempo. A impressão de calma e tranqüilidade era uma idéia de Primeiridade, uma qualidade de sentimento. O silvo agudo não lhe permite pensar ou fazer qualquer coisa que não perturbar-se. Assim, isso também é absolutamente simples. Uma outra Primeiridade. Sem embargo, a quebra do silêncio pelo ruído foi uma experiência..." (CP 8, 330). A idéia de qualquer relação diádica que não envolva terceiro é uma idéia de Secundidade.

Será através do elemento *mental* de uma relação triádica que Peirce define a sua terceira categoria. A terceiridade não é nada mais do que o caráter de um objeto que compreende o intermediário, a conexão, a mediação na sua forma mais simples e rudimentar. Peirce utiliza este termo, Terceiridade, para designar aquele elemento do fenômeno que predomina sempre que a mediação predomina e que alcança a sua plenitude na Representação. "Em sua forma genuína, a Terceiridade é a relação triádica existente entre um signo, seu objeto e o pensamento interpretante, em si mesmo um signo, considerado como constituindo o modo de ser de um signo. Um signo se coloca a meio entre o signo interpretante e seu objeto" (CP 8, 332).

Vejamos agora as definições do signo. O signo, no seu caráter essencial, é descrito como sendo um *representamen* com um Interpretante mental. Peirce oferece uma definição do *representamen*: "Um *representamen* é sujeito de uma relação triádica com um segundo, chamado o seu Objeto, para um terceiro chamado o seu Interpretante, esta relação triádica sendo tal que o *representamen* determina o seu Interpretante a ter a mesma relação triádica com o mesmo objeto para algum interpretante" (CP 1, 541).

Um signo seria um *representamen*: "Um signo, ou *representamen*, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com o seu Segundo denominado seu Objeto, que é capaz de determinar um Terceiro denominado seu Interpretante que assume a mesma relação triádica com o mesmo Objeto" (CP 2, 274).

Não podemos confundir aqui as categorias: um signo (no seu caráter essencial) é *sempre* um *elemento de terceiridade* (ou pensamento), mas em relação aos elementos da relação triádica que ele define é ora um Primeiro, um Segundo ou um Terceiro. Não se pode dizer que um signo é Primeiro, no sentido da categoria da Primeiridade, mas apenas que ele é o *primeiro termo* de uma relação triádica.

O *representamen* (elemento de terceiridade) pode se dividir em símbolo, índice e ícone. O ícone seria o *representamen qualitativamente* imperfeito, o índice o *representamen* imperfeito numa forma

reativa, enquanto que o símbolo seria o *representamen relativamente genuíno*.¹²

De novo seria falso dizer que o ícone é um Primeiro, o índice um Segundo e o símbolo um Terceiro. Todos os três são representamina ou seja pertencem à categoria da terceiridade. Um (o símbolo) é simplesmente a forma mais perfeita desta categoria; os dois outros são formas imperfeitas caracterizadas efetivamente por um elemento de Primeiridade (o ícone) e por um elemento de Secundidade (o índice) — mas não sendo eles próprios Qualidades ou Reações.

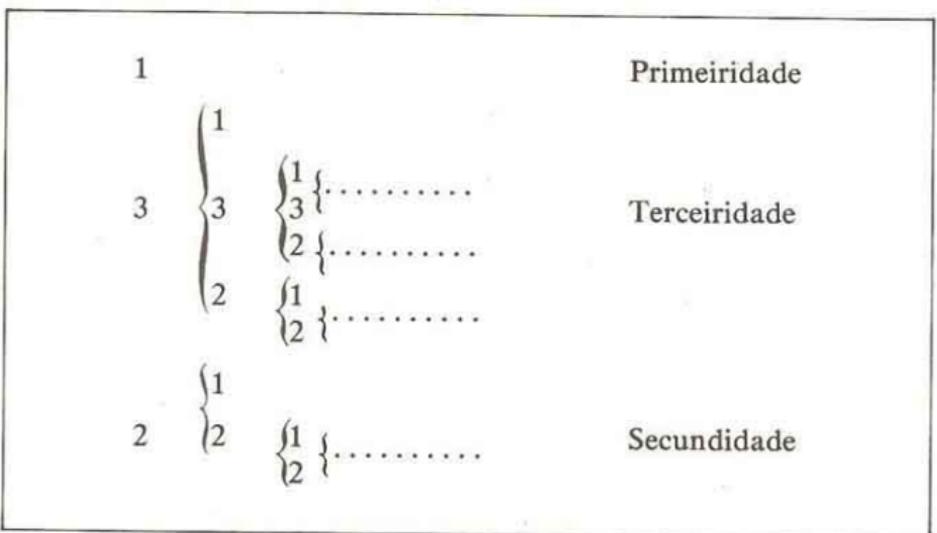
Vamos resumir estas distinções que são fundamentais para a classificação dos signos:

— a Terceiridade divide-se em duas formas imperfeitas e uma forma pura (vamos atribuir à forma pura o número 3, à forma menos imperfeita (a reativa) o número 2 e à forma mais imperfeita (a qualitativa) o número 1;

— a Secundidade divide-se em duas formas, uma forma pura e uma forma imperfeita (a qualitativa); vamos dar a forma pura o número 2 e à forma imperfeita o número 1;

— a Primeiridade só conhece uma forma (vamos atribuir-lhe o número 1).

Temos então, se não esquecermos que a terceiridade é um fenómeno de *mediação* ou veículo entre um segundo e um primeiro, o quadro seguinte das categorias:



(12) Imperfeito ("degenerate") — Peirce distingue nas categorias graus puros (genuínos) e graus imperfeitos como em geometria pode-se, por exemplo, distinguir uma cônica genuína de um par de linhas retas que seria uma cônica imperfeita (CP 1, 365).

Estas divisões vão sugerir a Peirce as principais divisões não apenas dos signos mas também da Filosofia e seus diferentes ramos.

Num sentido estrito, a lógica estuda apenas o símbolo e suas subdivisões, mas Peirce alarga este estudo a todos os signos completos (ou seja, aos representamina) e concebe assim a lógica como sendo uma semiótica. Nesse sentido amplo, "a lógica é a ciência das leis necessárias do pensamento, ou melhor, já que o pensamento se efetua sempre por meio de signos, é a semiótica geral" (CP 1, 445).

As relações triádicas se dividem em três modos, por tricotomia, conforme o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Correlatos forem respectivamente mera possibilidade (1), existente real (2) ou lei (3): estas três tricotomias tomadas em conjunto dividem todas as relações triádicas em dez classes; já que um Primeiro somente compreende um Primeiro, um Segundo compreende um Segundo e um Primeiro e um Terceiro compreende um Terceiro, um Segundo e um Primeiro, vamos obter as dez classes seguintes:

I	:	1	1	1
II	:	2	1	1
III	:	2	2	1
IV	:	2	2	2
V	:	3	1	1
VI	:	3	2	1
VII	:	3	2	2
VIII	:	3	3	1
IX	:	3	3	2
X	:	3	3	3

Uma vez identificado e qualificado o primeiro correlato de uma relação triádica, ele determina o segundo que por sua vez determina o terceiro (isto se deve ao fato que um primeiro só contém um primeiro e portanto só pode determinar um primeiro, que um segundo contém um primeiro e um segundo e que pode determinar assim tanto um primeiro como um segundo, e que um terceiro contém um primeiro, um segundo e um terceiro e pode portanto determinar um primeiro, um segundo e um terceiro).

Os signos dividem-se, então, para Peirce, em 1903,¹³ segundo três tricotomias, em dez classes. A primeira, conforme o signo em si

(13) Data provável; trata-se de manuscrito publicado nos CP 2, 233-272.

mesmo (dimensão sintática) for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral. Os signos correspondentes a esta divisão serão denominados de *Qualisigno* (classe I), *Sinsigno* (classes II, III, IV) e *Legisigno* (classes V, VI, VII, VIII, IX e X).

A segunda, conforme a relação do signo para com o seu objeto (dimensão semântica), consiste no fato de o signo ter algum caráter (alguma qualidade) em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com o seu objeto, ou em uma relação com um interpretante. Os signos serão denominados de *Ícone* (classes I, II e V) *Índice* (classes III, IV, VI e VII) e *Símbolo* (classes VIII, IX e X).

A terceira, conforme o seu Interpretante representá-lo (dimensão pragmática) como signo de possibilidade, signo de fato ou como signo de razão. Temos, correspondente a esta tricotomia, um *Rema* (classes I, II, III, V, VI e VIII), um *Dicisigno* ou *Dicente* (classes IV, VII e IX) e um *Argumento* (classe X).¹⁴ Poderíamos dizer que não se trata aqui de uma classificação dos signos mas sim de uma classificação dos *aspectos* do signo. Trata-se de uma análise da primeiridade, secundidade e terceiridade do *Representamen*.

A classificação do signo em Ícone, Índice e Símbolo é a mais importante e a mais conhecida. "Um ícone é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude dos seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui, quer um tal Objeto realmente exista ou não. ...Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei é Ícone de qualquer coisa, à medida que for semelhante a essa coisa utilizado como seu signo" (CP 2, 247). Ou seja, todo qualisigno (classe I) é um ícone, alguns sinsignos são icônicos (classe II) e alguns legisignos são também icônicos (classe V). Um

(14) Mais tarde, em 1904 e em 1906, Peirce distingue dez tricotomias do signo e sessenta e seis classes de signos. Estas três tricotomias dão as dez classes de signos seguintes:

I — Qualisigno	(1 1 1) ex. uma sensação de "vermelho"
II — Sinsigno icônico	(2 1 1) ex. um diagrama individual
III — Sinsigno indicial remático	(2 2 1) ex. um grito espontâneo
IV — Sinsigno dicente	(2 2 2) ex. um catavento, uma fotografia
V — Legisigno icônico	(3 1 1) ex. um modelo
VI — Legisigno indicial remático	(3 2 1) ex. um pronome demonstrativo
VII — Legisigno indicial dicente	(3 2 2) ex. o pregão de um mascate
VIII — Símbolo remático	(3 3 1) ex. um substantivo comum
IX — Símbolo dicente	(3 3 2) ex. uma proposição
X — Símbolo argumentativo	(3 3 3) ex. um argumento lógico

qualisigno é uma *imagem* de seu objeto e só pode ser um ícone, mas estritamente só uma *possibilidade* é um ícone em virtude de suas qualidades unicamente e o seu objeto só pode ser uma *primeiridade*. Por exemplo, uma figura geométrica de um triângulo — mesmo se reconhecemos que uma representação (um signo) não pode funcionar sem seu objeto e um interpretante. No entanto, é o *caráter que a forma* possui que a faz uma imagem (um ícone) de qualquer triângulo. É, portanto, a *forma* que constitui o *ícone*.

No fundo, o signo compreende os três modos de representação — icônica, indicial e simbólica — e quando o elemento icônico predomina pode ser denominado de *ícone*. Portanto, na prática não encontramos um ícone puro. Peirce dá o nome de ícone a todo signo no qual a força de *semelhança* é o elemento dominante de sua representatividade. Ou seja, o máximo que se poderia dizer, isso utilizando a terminologia de Peirce, é que um ícone é um signo (ou seja um terceiro) analisado na sua dimensão semântica (ou seja, enquanto segundo) no seu elemento de primeiridade, e *nunca* que o ícone é um primeiro!

A dificuldade que apresenta o ícone ou mais em particular o qualisigno é que não é possível dar uma análise satisfatória da relação de semelhança — o máximo que podemos dizer é que uma coisa é semelhante a outra apenas hipoteticamente. E essa problemática é já anterior à época de Peirce.

É o objeto que determina o signo. Ora, o signo só pode *representar* o objeto e não dizer algo a seu respeito. A teoria dos signos como foi concebida por Peirce só pode ser compreendida num contexto mais amplo de uma teoria do conhecimento. O signo só pode reproduzir um aspecto de seu objeto-signo: é o que Peirce chama a *imperfeição* do signo. Não podemos conhecer o objeto ele próprio, segundo Peirce, mas apenas o seu signo. Esta teoria da representação abre-se no final de sua obra para uma teoria da interpretação. A dimensão pragmática, a análise dos interpretantes, é que fornece uma unidade a toda a sua teoria dos signos — trata-se do estudo da ação do signo (uma semiótica argumentativa) e não mais de saber o que é uma representação e suas múltiplas divisões. Seria a partir do pragmaticismo e em particular do estudo do conceito de interpretante que a semiótica, tal como a concebeu o seu autor na sua versão final, ganharia em ser apresentada.

João Pessoa, janeiro de 1980.